

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1716658 - SC (2017/0331825-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
FUNCEF**

**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -
DF011694
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
ANELISE MACEDO BORGES - RS099613**

AGRAVADO : SUELI HINGST BERNARDINO

**ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039
RÉGIS ELENIO FONTANA - SC025014**

AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**ADVOGADOS : DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069
JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI - RS065284**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONHECEU A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

INSURGÊNCIA DA PARTE DEMANDADA.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, havendo cumulação de pretensões distintas, sendo um pedido antecedente, de reconhecimento da natureza salarial da verba CTVA, em face da ex-empregadora (CEF), deve a ação prosseguir primeiramente na Justiça do Trabalho.

2. A incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício em qualquer tempo ou grau de jurisdição, e não está sujeita à preclusão *pro judicato*. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator